

A HERANÇA DO MARAJÁ SUPERKITSCH

Francisco de Oliveira

RESUMO

Fernando Collor de Mello poderia ser visto como um anti-herói, a exemplo do Macunaíma, de Mário de Andrade; ou como um desbravador, à la Barry Lyndon; ou até como um Fausto brasileiro, encarnador da força devastadora da história, cujo projeto é o futuro. Para o autor, entretanto, Collor sempre foi um simulacro, e não é, apesar de seu discurso, o primeiro presidente de um Estado moderno e renovado, mas o último presidente de um Estado falido, e é por isso que será lembrado.

Palavras-chave: Fernando Collor de Mello; eleições; política econômica; Estado; modernização.

SUMMARY

Fernando Collor de Mello may be seen as an anti-hero, not unlike Mário de Andrade's Macunaíma; or perhaps as a pathbreaker, in the style of a Barry Lyndon; or even as a Brazilian Faustus, embodying the devastating force of history, whose objective is to construct the future. According to the author of this article, however, Collor amounts to little more than a fraud, and in spite of his rhetoric, rather than being the first president of a reinvigorated, modern State, he represented the last of a ruined one, and should be remembered precisely as such.

Keywords: Fernando Collor de Mello; elections; economic policy; State; modernization.

1. O simulacro

Antes que a nostalgia da "modernidade" de Collor se instaure, e também antes que o caráter da crise e as razões de sua ascensão à Presidência sejam corroídos e banalizados, é necessário fazer-se um balanço do que fica como uma espécie de legado do período. Pois, como a caça aos tesouros não cessa de ensinar, piratas também deixam herança. A nostalgia já se insinua com as inevitáveis comparações com o estilo acanhado de Itamar, que parece e é provinciano: mas a modernidade de Collor sempre foi um simulacro, do gênero Eurodisney, que a célebre diretora francesa de teatro Ariane Mnouchkine anatematizou como um "Tchernobyl cultural". Collor é kitsch, pois tudo nele é excesso, enquanto a desconfiança geral, armada pelos preconceitos antinordestinos, tinha a certeza de que o mau gosto provinha de Rosane. Mas certamente a quase já ex-primeira-dama não teria poderes

para encomendar os jardins da Dinda, nem obrigá-lo a correr de "jogging" nos jardins do Château D'Artigny.

Collor poderia ser uma espécie de herói às avessas. Imediatamente, ocorre-nos um simpático sentido macunaímico, mas o quase já ex-presidente é exatamente o oposto do anti-herói de Mário de Andrade. Pois ele se dá todas as importâncias, leva demasiadamente a sério as pompas do cargo. Uma foto recente o flagrou de terno e gravata atravessando os jardins da Casa da Dinda para despachar na... biblioteca de sua própria casa, onde atende seus "ministros", que rima com os sinistros membros do "esquadrão da morte". Lembra Oliveira Salazar (segundo Luiz Felipe de Alencastro, repositório de histórias portuguesas e outras histórias), já caquético, inútil, vitimado por derrame cerebral, mergulhado nas eternas sombras do Palácio de São Bento, a receber um "ministro", com quem "despachava", cotidianamente, emitindo diretrizes e assinando decretos governamentais, completamente demente, sem saber que seu vice — no caso Marcelo Caetano — era já o chefe do governo.

Collor poderia, ainda, ser um precursor, um Barry Lindon do filme de Kubrick, um desses aventureiros que, dispondo apenas da sagacidade, perscruta os novos tempos, percebe as brechas que a oportunidade do esfacelamento da velha ordem oferece a quem tem faro e audácia. Às vezes por azar, que não está excluído da história, erro de cálculo, ciúmeira, ou muitas vezes golpes mortais de uma era em decomposição mas ainda poderosa, o herói termina melancolicamente, tendo quase atravessado os umbrais da posteridade, retrato na moldura que figuraria nos museus. Mas Collor não é um Barry Lindon; ele não veio do nada, não é infeliz e não inspira nenhuma compaixão. Mais rigorosamente, ele não é nem um precursor; ele é só um aventureiro, mas de alto coturno. Tal como a CPI mostrou, ele não percebe as brechas de uma era em decomposição: ele é um dos produtos da decomposição, ele é a decomposição do homem público de um Estado falido, em decomposição.

A terceira hipótese seria mais dignificante, mais de acordo com as pretensões do personagem. Como um Fausto brasileiro, Collor encarnaria a força, devastadora mas necessária da história, cruel, implacável, desumana no limite, cujo projeto é o futuro. Comprometido e atado a esse destino, embora possa manifestar compaixão — sua pieguice pelos descamisados — na verdade ele só teria força para o vento da destruição criadora. Pelo caminho ficarão os fracos, mesmo que pobres, os que devem ser removidos para dar lugar à criação. O mito desse Fausto tem cativado o mundo, já o sabemos, desde um Stalin até um Hitler, e até, insuspeitamente, uma teoria como a de Schumpeter é fáustica. A concepção de revolução, em geral, é fáustica. Fáustica seria toda a história humana. Collor, no nível brasileiro, seria apenas seu representante mais excelso, superior a todos os getúlios e juscélinos, cuja parte fáustica foi sempre atenuada — ou conspurcada, mais puristicamente — pela comisseração, pela tergiversação, pela conciliação.

Mas o mito do Fausto, nas condições concretas do mundo contemporâneo, revela apenas pendores totalitários. Na sociabilidade pluralista, na capacidade das classes sociais atuarem não como *personae* cegas das forças do

mercado, ou do destino, mas como plenamente dotadas de visão prospectiva, a adoção de um modelo, visão ou paradigma fáustico é contrária à modernidade de que a sociedade contemporânea é portadora.

2. A natureza da crise

É preciso insistir no fato de que terem chegado ao segundo turno das primeiras eleições diretas para a Presidência, duas candidaturas antiestablishment, era indicativo do caráter da crise. Os candidatos dos partidos majoritários, velhas raposas da política, confortavelmente instalados à frente de poderosas máquinas clientelistas, foram, convém lembrar, fragorosamente derrotados. No lugar de Lula poderia ter chegado Leonel Brizola, pois a diferença que deu a vantagem àquele foi mínima. E Brizola é uma velha raposa, mas nem dispunha de uma poderosa máquina partidária, nem o PDT era nacionalmente importante. Desses pontos de vista — e de outros, com que é mimoseado, "democraticamente", junto com Lula, como a ojeriza que os militares lhe dedicam e a discriminação de que é vítima pela mídia, leia-se Rede Globo, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Veja* e *IstoÉ* — era também antiestablishment.

Sinteticamente, a gravidade da crise obrigava à enunciação de programas, ou pelo menos de intenções, retóricas que fossem, que cortassem os nós górdios da crise, nas formas em que ela aparecia para as diversas classes e grupos da sociedade. Essa obrigatoriedade de decidir, de tomar um partido, de optar, cortou, inclusive, as veleidades de Orestes Quércio, enredado nos próprios fios que fazem a especificidade do PMDB, pluriclassista de um lado, populista de outro, e no estilo peculiar do próprio Quércio, que consiste em privatizar os assuntos públicos; essa é a marca específica do quercismo. Do PFL tampouco se poderia esperar um programa para a crise, assim como das outras siglas, que gravitam sempre em torno das que estão no poder.

Sem profetizar sobre acontecimentos passados, o fato é que apenas os candidatos que tinham um programa para enfrentar a crise comoveram o eleitorado. Brizola é um caso à parte, com as considerações já feitas, porque sua votação localizou-se sobretudo no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Assim, Lula tinha um programa, e este era o próprio PT. Além disso, ele formulou as condições e as propostas para "trancher" a crise. É claro que Lula falava a certos setores organizados do operariado e das classes médias, e seu programa, encarnado pelo próprio PT, significava uma virada nos rumos do capitalismo no Brasil. Não sua reversão, mas seu redirecionamento. O eixo do programa consistia menos nas próprias propostas e mais na capacidade dos trabalhadores atuarem como um ator fundamental, e liderança de um novo período.

O ataque do PT dirigia-se ao capitalismo, na sua forma desenvolvida durante o autoritarismo; ainda havia propostas de estatização de alguns setores da economia, o que contribuía para diferenciá-lo ainda mais de

Collor. Mas o programa, conseqüentemente, era de reforma do capitalismo, contidos ou atenuados, por uma maioria pragmaticamente social-democrata (mas que tem horror em reconhecer-se como tal), os antigos arroubos de destruição do capitalismo. Um tal programa não conseguia abranger, ou pelo menos demonstrar que abrangia, os náufragos do Estado do Mal-Estar, os desprotegidos do sistema de previdência social, os mendicantes da caridade do orçamento público. Ele era, sobretudo, um programa para as classes e setores organizados e *modernos* da sociedade, incluindo-se as burguesias. Mas a chegada do PT ao segundo turno proclamava, por si só, que as burguesias haviam perdido a capacidade hegemônica, e o programa a ser realizado, embora as beneficiasse, em última instância, seria feito *apesar delas*. Era um programa social-democrata.

O programa de Collor no primeiro turno insistia na falência do Estado. No segundo turno, tendo Lula por adversário, e caucionado pela grande burguesia, o programa converteu-se, decididamente, em neoliberal. O programa do primeiro turno, na retórica do candidato Collor, recolhia do ambiente internacional vagas tinturas modernizantes que se referiam ao Estado mínimo, e no plano interno transformou-se numa forte crítica ao Estado, mas sua formulação não era neoliberal. Nos documentos escritos, em que a parte que coube a quem viria a ser a ministra da Economia era certamente a mais importante (e, segundo o próprio Collor, houve também o dedo do Merquior), o programa tampouco era neoliberal.

Mas ele era curto. Pois a crítica ao Estado era superficial, e apenas suficiente para criar o bode expiatório do marajá. Collor detinha-se nos guichês da Previdência, nas filas do antigo INPS, mas não olhava para dentro, para ver por que o Estado estava falido. As limitações de tal formulação decorriam de uma teia complexa de fatores, entre os quais se incluíam, evidentemente, o pertencimento de classe, uma história política inexpressiva, inexperiência à frente de complexos problemas da gestão estatal e o desconhecimento das relações entre a economia e o Estado no capitalismo contemporâneo. Contraditoriamente, tal desconhecimento, próprio de um "outsider", é o que lhe deu condições de formular uma crítica que nenhum dos políticos experimentados ousaria fazer, e que Lula tampouco fez, por razões opostas às de Collor: o programa do PT ainda era um programa basicamente estatal. Por isso, Lula não poderia ser o candidato dos "descamisados" do ponto de vista da aparência de um Estado — personificado e personalizado no mau funcionário, nas instalações deficientes e nas longas e humilhantes filas — que eles horrorizavam. Mas Collor não ganhou seus votos prometendo destruir esse Estado, do qual os "descamisados" esperam sempre a salvação. Ganhou os votos prometendo consertá-lo. Ao contrário de Lula, que não prometia consertá-lo — o que mostra insensibilidade política — mas ampliá-lo, o que era correto do ponto de vista dos fins, mas parecia — e a política é o reino das aparências — sancionar um Estado depredado e depredador.

Na passagem do primeiro para o segundo turno, o programa de Collor se metamorfoseia de demagogo e messiânico em neoliberal. A guerra de

classes havia sido declarada. Mas o invólucro ainda era messiânico e salvacionista, pois era preciso passar dos 28% para a maioria absoluta, e um programa que anunciasse o que veio a ser feito logo após o 15 de março de 1990 dificilmente passaria pelo teste do segundo turno. Em que consiste a específica diferença de um programa neoliberal? Não é, certamente, em não intervir no mercado — santa ingenuidade, pois mesmo a "dama de ferro", para fazer seu neoliberalismo funcionar, intervinha diariamente! Teoricamente até entende-se a razão de um programa neoliberal ter que intervir, pois se ele procura destruir uma racionalidade anterior, suportada ou estruturada em relações com o Estado, não será simplesmente deixando o tempo atuar que o mercado voltará a operar soberanamente. Por essas razões, a defesa que alguém tão insuspeito como Bresser Pereira fez, seguidamente, do programa de Collor como não sendo neoliberal exatamente porque intervinha no mercado não chega a entender nada. Mas, voltando ao ponto, a específica diferença do neoliberalismo consiste em subordinar o social ao econômico, isto é, uma volta ao darwinismo social como mecanismo de seleção dos mais fortes.

A administração Collor, metamorfoseada de simplesmente demagógica para neoliberal, é colhida entre as tenazes de seu próprio êxito eleitoral. Recebe, das urnas, um mandato messiânico, e da desfaçatez da Rede Globo e das gorjetas, "contribuições" da grande burguesia (há muito tempo sussurradas e agora escancaradas pela CPI e pela Polícia Federal), um mandato destrutivo. Da sinergia dessas duas forças, obrigado a fazer milagres, leva ao paroxismo a crise do Estado brasileiro. É essa sua grande herança.

Collor não inova, propriamente, nada. Todos os programas que levam, arrogantemente, o selo de "era Collor" já estavam lançados desde Sarney e até mesmo antes. A abertura comercial, a privatização de estatais, a desregulamentação, a negociação da dívida externa, são itens que estão na agenda brasileira há muito, e estão sendo implementados gradualmente. É verdade que a privatização se acelerou, mas o modo da privatização não deve ser saudado como uma vitória da modernidade. No capítulo da dívida externa, essa é uma questão e um problema que ainda perdurará e constituirá permanente dor de cabeça de todos os presidentes e ministros da área econômica, até onde a vista alcança. Além disso, na maior parte dos casos e dos "fronts" de guerra abertos por Collor, os fracassos são retumbantes. Para começar pelo mais óbvio, o combate à inflação que terminou na política do "feijão-com-arroz" de Marcílio, simulacro de caviar, prestigiada também porque o ex-ministro faz parte de uma das mais poderosas "famílias" financeiras, o Unibanco. No capítulo da reforma administrativa, há muito tempo não se conhece nada tão estrondosamente ruinoso quanto a "reforma" de Collor. Onde está, pois, a herança positiva do pirata?

Sob vários aspectos, pode ser uma herança ruinosa. Como nas histórias de corsários, a busca do tesouro revela que em vez dos alcandorados dobrões de ouro, a botija continha apenas miseráveis moedas de barro. Que valem para o museu da história. Mas em outros casos ela ilustra os caminhos da

modernidade. Ao ser obrigado a operar milagres, sua política tentou retirar os andaimes da complexa relação entre o Estado e a economia privada, para reduzir o papel do Estado na economia: o fetiche do Estado mínimo. É claro, hoje, que as medidas práticas pouco adiantaram, como o seqüestro dos ativos financeiros para reduzir, em última análise, a dívida interna pública. Hoje seus níveis são já quase tão assustadores quanto eram em março de 90, e a política de juros altos do Ma(ilson)rcílio continuou elevando-a sem parar. Um dos primeiros e mais positivos saldos da audácia collorida, e o que ficou, foi uma espécie de feliz americanização do Brasil: um saudável horror ao Estado factótum, um reforço ao antiautoritarismo, uma visibilidade maior das fronteiras entre Estado e sociedade, público e privado.

Quando a grande burguesia, com medo da vitória do Lula, comprou Collor pensando transformá-lo em seu robô, o segundo turno virou uma guerra de classes. No mandato destrutivo objeto dessa compra estava incluído acabar com o novo poder sindical, que havia crescido enormemente — e paradoxalmente numa década de crescimento econômico quase nulo — e se potencializado com as novas centrais. Sobretudo com a CUT. Fazia parte dessa destruição a nomeação de Magri, indicado por Luis Antônio de Medeiros, que viu ampliado o enorme espaço que a Rede Globo lhe abria, desde que o presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo pareceu emergir como a liderança capaz de contrapor-se a Lula no plano político e aos sindicalistas de São Bernardo no plano sindical. A criação da Força Sindical foi magnificada, como numa ampliação fotográfica, exatamente para minar o papel da CUT e do PT. No governo Sarney, logo depois do fracasso do Plano Verão, Medeiros já havia composto quase um ministério paralelo, quando do famoso pacto social, que deu com os burros n'água pela simples razão de sua falta de representatividade. O que interessava mais amplamente era eliminar as comissões de fábrica, a crescente capacidade de organização dos trabalhadores, enfim, deixar o campo livre para processos que exigissem maciças demissões, na perspectiva de inovações tecnológicas. Ou na sua ausência. A grande burguesia não havia aprendido, ainda, a lidar com organizações de trabalhadores genuinamente independentes, tanto do Estado quanto do patronato. E aí várias forças políticas se uniam no mesmo projeto. Tanto à grande burguesia, quanto ao quercismo, por exemplo, interessa um sindicalismo populista, que privatize sempre as negociações, e cujas reivindicações não se universalizem. O modelo norte-americano ou o sindicalismo de resultados.

A recessão que estava nas perspectivas da economia brasileira, pela própria crise de previsibilidade ligada à incapacidade do Estado para continuar desempenhando o papel que lhe havia cabido nas cinco últimas décadas, foi aprofundada pelas medidas messiânicas do primeiro período do governo Collor, e escolhida como caminho para estancar e até eliminar a inflação a partir da administração econômica Marcílio. A liberação de preços, aparentemente total, foi implementada, a rigor, através das câmaras setoriais. Que se transformaram em foros de negociação, entre empresários, governo e trabalhadores, nas áreas mais importantes da economia. De

um jogo de soma zero inicial, reiterado, cada qual querendo ver o adversário de joelhos, certas negociações nas câmaras setoriais passaram a contemplar alternativas.

Uma delas acabou se consubstanciando no chamado "acordo das montadoras", mediante o qual as montadoras de automóveis renunciam a aumentos reais de preços — depois de os terem recuperado —, fazem um desconto mínimo nas taxas de lucro, os trabalhadores garantem o emprego e renunciam temporariamente às paralisações, o Governo Federal concede desconto do IPI e os governos estaduais, sobretudo os de São Paulo e Minas Gerais, concedem desconto no ICMS. O objetivo é claramente anticíclico, isto é, deter a onda recessiva na indústria automobilística, o desemprego, a queda na produção e nas vendas, apostando na elasticidade-imposto da demanda de automóveis.

O paradoxo é que o mandato destrutivo dado a Collor pela grande burguesia — na qual se incluem, evidentemente, as montadoras de automóveis — para acabar com as formas e forças organizadas da sociedade, principalmente das classes assalariadas, terminou aprofundando a recessão, e no único setor que está conseguindo dar mostras de ter capacidade estratégica para sair do atoleiro, essa capacidade depende, exatamente, das organizações que aquele mandato destrutivo ambicionava liquidar. A herança do pirata, neste caso, é falsa mesmo: onde se esperava ouro, achou-se apenas ódio de classe. E ela ilustra o lado oposto, uma espécie de face oculta da lua, isto é, que a modernidade consistia num projeto oposto àquele que Collor apregoou. Pois, para tanto, existem atores sociais e políticos com poder e representatividade na sociedade. Talvez a única coisa que se pode dizer, em benefício da dúvida, é que nem os próprios atores sabiam dessa força, nem estavam preparados para negociar, e mais especificamente, o próprio PT, que tem muito a ver com o lado sindical — embora não o substitua, pois a CUT não é xerox do PT —, não estava preparado para esse tipo de ação política. A "modernidade" de Collor, portanto, caminhava na contramão das virtualidades postas pela própria complexidade do capitalismo contemporâneo no Brasil, pela modernidade de suas classes sociais, principalmente de suas classes trabalhadoras, de seu operariado. É evidente que essa é uma alternativa apenas porque um setor importante das classes trabalhadoras, no caso representado pela CUT, demonstrou capacidade de resistir ao mandato destrutivo, porque as montadoras eram as mesmas que haviam engrossado a campanha de Collor na guerra de classe.

A herança do marajá superkitsch não é, pois, propriamente dele. É de um período que ele, como ninguém, encarnou no grau máximo, como seu último exemplar. Longe de ser o primeiro presidente de um Estado moderno e renovado, Collor na verdade foi o último presidente de um Estado falido, que sua pirotecnia e sua megalomania exibiram quase obscenamente. Por isso, ele será lembrado.

Recebido para publicação em outubro de 1992.

Francisco de Oliveira é pesquisador do Cebap e professor titular do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP. Já publicou nesta revista "O marajá superkitsch" (Nº 26).

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 34, novembro 1992

pp. 8-14
